

ACEPÇÕES E CONCEITOS DE INTELIGÊNCIA DE ESTADO

João Manoel Roratto*

Resumo

A proposição deste estudo é discutir as várias acepções de inteligência, com seus diversos sentidos e interpretações, em especial, a Inteligência de Estado. Esta, como um conceito dinâmico e complexo, acompanha a permanente transformação dos Estados modernos e, na sua essência, visa conhecer o pensamento, o agir do outro, o jogo dos interesses entre os Estados, bem como as ameaças ao Estado Democrático.

I Introdução

A palavra inteligência apresenta sentidos e entendimentos de acordo com o campo do conhecimento em que se insere, e está relacionada a diferentes tipos de saberes formadores do conhecimento humano. Tem-se o entendimento de inteligência ligada ao campo educacional como a faculdade de aprender, apreender ou compreender. A crença que ela poderia ser medida pelo quociente de inteligência, por exemplo, era tão solidamente considerada em contextos escolares e profissionais, que apenas recentemente os avanços da neuropsicologia vieram provar que esse teste avalia, e de forma precária, apenas a capacidade lógico-matemática.

Além de considerações sobre inteligência na psicologia, novas conceituações de inteligência surgem em decorrência

do universo profissional onde se inscreve determinada atividade. Tem-se assim, inteligência política, a Inteligência Competitiva, Inteligência de Estado com suas diferentes acepções e segmentos representativos.

2 Inteligência na Psicologia

A inteligência humana é considerada em toda a sua complexidade por teóricos como David Goleman – inteligência emocional – e Howard Gardner – inteligência múltipla. Goleman (1995) entende que a faculdade emocional guia nossas decisões a cada momento, trabalhando de mãos dadas com a mente racional, capacitando ou incapacitando o próprio pensamento. “Temos dois cérebros, duas mentes – e dois tipos de inteligência: racional e emocional.

* Mestre em Educação pela Universidade Católica de Brasília, instrutor de Inteligência da Esint/Abin

Nosso desempenho na vida é determinado pelas duas – não é apenas o QI, mas a inteligência emocional é o que conta”, diz Goleman.

Boff (2003), interpretando Goleman, diz que “no fundamento de tudo está a inteligência emocional. Afeto, emoção – numa palavra, paixão – é um sentir profundo. É entrar em comunhão, sem distância, com tudo o que nos cerca. Pela paixão captamos o valor das coisas. E o valor é o caráter precioso dos seres, aquilo que os torna dignos de serem e os faz apetecíveis. Só quando nos apaixonamos vivemos valores. E é por valores que nos movemos e somos”.

Ainda no campo da psicologia, Gardner (1999) afirma que todos os seres humanos têm inteligências modulares. São modulares porque cada inteligência é autônoma ou independente das outras. A teoria das inteligências múltiplas é um modelo alternativo à concepção tradicional e unitária da inteligência. Propõe um conjunto de potenciais biopsicológicos comuns a todos os seres humanos, que os permitem resolver problemas ou criar produtos valiosos em seu meio cultural. Os critérios provêm das ciências biológicas, da análise lógica, da investigação psicológica e da psicologia de desenvolvimento.

Segundo essas categorias, a inteligência linguística se relaciona com as habilidades para a linguagem falada e escrita; a inteligência lógico-matemática envolve capacidades para a análise lógica de problemas e o cálculo numérico; a inteligência musical compreende talentos para

executar, compor e apreciar a linguagem musical; a inteligência cinético-corporal se relaciona com destrezas para usar seu próprio corpo ou partes do mesmo na resolução de problemas ou a criação de produtos. Por inteligência espacial se entende as atitudes para reconhecer e manipular padrões espaciais amplos ou específicos. A inteligência intrapessoal é a capacidade de compreensão dos próprios motivos e sentimentos. A inteligência interpessoal se refere a habilidades para compreender a personalidade de outros seres humanos e trabalhar efetivamente com eles. E a inteligência naturalista, se caracteriza por destrezas para o reconhecimento e re colocação de objetos do mundo natural.

Às oito inteligências destacadas inicialmente por Gardner, na opinião de Baus (2003), se acrescentaram recentemente duas mais: a inteligência sexual e a inteligência política.

3 Inteligência política

A inteligência política, segundo Baus, tem um enfoque teórico e numerosas implicações de valores, condutas e comportamentos. Em termos gerais, a inteligência política seria a soma de algumas inteligências, tanto racionais, afetivas e concretas que se expressam, por exemplo, na capacidade de liderança e negociação; na concepção e práxis de um modelo de pensar, sentir e atuar que “sintonize” com a realidade social e suas expectativas; na capacidade de tomar decisões importantes e oportunas; na compreensão do passado e a construção de

visões de futuros possíveis; e, principalmente, na busca de respostas (solução de problemas) que se quer em um dado contexto.

Essa nova forma de inteligência levaria os pensadores, os formuladores, os executores da política, a pensar, sentir e atuar em política com previsão, com equidade, com praticidade e planejamento, num tempo e espaço determinados, com uma forte dose de humanismo e de autoridade bem entendida e praticada.

Esses atributos e valores seriam as variáveis de uma inteligência política capaz de governar as crises, propor soluções adequadas que dificilmente seriam pensadas, e a pessoa, entidade ou governo que exercita esses predicados, passa a ser reconhecido no meio em que manifesta essa sabedoria.

4 Inteligência Competitiva

Outra referência muito usual relacionada à inteligência é o da Inteligência Competitiva. Essa denominação é um modelo de negócio investigativo revelado inicialmente na Europa e nos Estados Unidos da América por ex-agentes da Inteligência desses países, nos anos 80 da década passada. Empresas formadas por essas pessoas passaram a prestar serviços para grandes corporações americanas e europeias, interessadas em saber o que o concorrente estava planejando.

Começou-se a fazer para a iniciativa privada aquilo que costumavam executar para os governos – como espionagem, por exemplo –, no momento em que as

economias capitalistas ocidentais estavam orientadas para ampliar a competição econômica e financeira em âmbito global, decorrente da globalização. O nome dessa transposição do público para o privado foi Inteligência Competitiva, uma denominação eufêmica que se dá à espionagem industrial.

No Brasil, empresas que lidam com Inteligência Competitiva de forma sutil, preferem se referir à atuação como de 'contra-espionagem'. Essas atividades vêm crescendo no país, muitas vezes como ramificações de empresas do gênero do exterior e que já merecem a atenção dos órgãos governamentais encarregados da fiscalização dessas empresas.

5 Inteligência objetiva

Ventura (2004, p. 35), ao se apoiar em Machado (2000), faz uma transposição interessante do conceito de inteligência aplicado as estruturas de ensino e diz que é necessário aprofundar a noção de inteligência, inserindo-a num espaço maior, por representar a competência de um sistema, seja um indivíduo, uma empresa, uma organização social, um governo,

[...] para administrar conhecimentos disponíveis, construir novos conhecimentos, administrar dados ou informações disponíveis, organizar-se para produzir novos dados e informações, sempre em razão de uma *ação intencional* tendo em vista atingir objetivos previamente traçados, ou seja, *visando à realização de um projeto*. Em uma palavra, a inteligência encontra-se diretamente associada à capacidade de ter projetos; a partir deles, dados, informações, conhecimentos são mobilizados ou produzidos. (grifo nosso)

A capacidade de ter projetos e de executá-los é o que define a importância e a estatura de uma organização, para o nosso caso específico, uma organização de inteligência. Desse modo, o que vem a ser inteligência de interesse do Estado pode ser compreendido por meio de uma complexa conceituação, que envolve conceitos de inteligência emocional, modular, inteligência política, de Inteligência Competitiva (que tem seu germe na Inteligência de Estado), pois a transversalidade desses conceitos pode indicar um caminho relativamente seguro sobre a essência do que é inteligência, nesse complexo e indefinido mundo da Inteligência de Estado.

Obter dados, reunir elementos consistentes para conhecer os fatos relacionados às ameaças e as oportunidades com profundidade, analisá-los corretamente de modo a informar com segurança o dirigente, seja em que nível for, na tomada de decisões em benefício da sociedade e do Estado, e de forma eficaz, pressupõe que adoção das diferentes inteligências por quem participa dos diferentes níveis estruturais da organização de Inteligência.

No início de tudo está a capacidade de ter um projeto viável e a execução depende do preparo individual do oficial de Inteligência, de sua competência e idoneidade para levar em frente o projeto. O seu aprimoramento profissional compete a Escola de Inteligência, instituição de educação, que direciona suas prioridades para atender as necessidades internas de formação e aperfeiçoamento profissional, e também as demandas

externas provenientes de organismos governamentais federais e estaduais, que entendem que o conhecimento técnico e especializado contribui para o bom desempenho das suas atividades, que tem no interesse público o seu fim.

Por esse motivo, as ações de ensino devem ser adequadas à realidade nacional e como tal, estar pautada por valores éticos e de cidadania quando da formação do servidor público que trabalha ou que venha a envolver profissionalmente com temas de interesse da atividade de Inteligência.

6 Pequenos exemplos históricos do que seria mesmo Inteligência de Estado

A evolução histórica nos fornece modelos de aquisição de dados e informações utilizadas para atender anseios de um dirigente para conhecer um determinado povo ou Estado, seus dirigentes, economia, sua capacidade reativa a conflitos em situações críticas, de guerra e de paz. Já no começo das relações entre os Estados, na Europa, os tratados de diplomacia ensinavam aos funcionários do corpo diplomático a procurar todas as informações possíveis sobre o país onde trabalhavam.

Duroselle (2000, p. 122) estudou como ocorreu a evolução das formas diplomáticas nos Estados modernos e seus efeitos na política externa desses Estados e apresentou um fragmento escrito, datado de 1561, e que se mostra ainda atual nos dias de hoje, onde revela o que de importante o corpo diplomático sediado nos países estrangeiros deveria pesquisar.

Os pontos mais reveladores indicavam a pesquisa sobre

[...] a natureza do país, seus limites, sua fertilidade ou esterilidade, a indústria, o comércio, sua inclinação para as armas ou para as artes, sua boa ou má disposição em relação ao seu príncipe. As forças terrestres ou marítimas, quais chefes comandam, naturais, estrangeiros, seu valor e reputação, as próprias forças de que o príncipe pode fazer uso em tempo de guerra ou por qual estrangeiro ele pode ser assistido, seja pelo interesse comum entre eles ou subvencionando-o. Qual sua disposição em relação aos países vizinhos ou outros e a destes em relação a ele. O fundamento e as ocasiões que uns e outros pode ser bem ou mal combinados, o rendimento e o gasto corrente deste príncipe; seu tesouro e quanto ele pode crescer por ano. Quais são os seus ministros e conselheiros, suas qualidades pessoais, sua união ou desunião, seus objetivos e interesses particulares, suas oportunidades e a falta delas, se eles são de uma probidade sólida e de uma fidelidade que nenhuma corrupção possa ocorrer, se o lugar que eles ocupam no governo foi alcançado por mérito ou por favor, que parte os grandes têm nos negócios e qual o apreço que o príncipe dispensa a eles. Finalmente, a honra e o gênio desse príncipe, sua capacidade, seus exercícios, inclinações, virtudes, vícios, tanto quanto o conhecimento de todas essas particularidades, pode proporcionar uma grande luz a todos os que com ele tiverem negociado.

Essa categorização ampla de pesquisa dirigida aos diplomatas dessa época passou a ser usual e até mesmo admitida no concerto da diplomacia, além do que, muitos dados hoje podem ser facilmente obtidos numa simples pesquisa na rede mundial de computadores. Porém, quando algumas dessas informações obtidas pela diplomacia passam a ser de domínio público (por exemplo, quando

ocorrem divulgações autorizadas por Lei ou mesmo quando há 'vazamentos' de documentos diplomáticos classificados por grau de sigilo), causam grandes constrangimentos para os interlocutores, principalmente para os interlocutores nacionais.

Para os governos nacionais, fica a obrigação da justificativa do porquê que seu ministro revelou tal informação e, para quem está diretamente envolvido, o de dar explicações para a sociedade, que, mesmo sendo convincentes, podem até mesmo encerrar uma carreira política consolidada ou constranger suas aspirações futuras de poder.

Para a diplomacia, as informações se justificam no quadro mais abrangente do discurso recorrente do 'interesse nacional', de conhecer possibilidades e oportunidades para ambos os países, ou ameaças que possam colocar em risco os interesses de seu país, etc.

Hoje ainda persiste o mesmo tipo de regramento para o corpo diplomático, de que o diplomata informe sobre fatos ou situações do país onde exerce o seu mister, desde que não sejam dados ou informações sobre o país que estão protegidos por sigilo. Ao contrário, se for surpreendido em atividades de obtenção de informações proibidas por lei, ele pode ser considerado *persona non grata* e inclusive ser expulso do país.

Mas foi nesse contexto de conhecer com profundidade aspectos de outros Estados é que emergiram os serviços

de Inteligência modernos. Ao estudar as origens dos sistemas nacionais de Inteligência, Cepik (2003, p. 79) percebeu que a Inteligência Competitiva é mais antiga do que se supõe, e que ela foi o embrião dos serviços de Inteligência, pois já no período moderno da história,

[...] os reis e ministros dos Estados europeus modernos, em seu processo de competição com outros governantes e no esforço de implementar sua dominação sobre territórios e populações cada vez mais amplos, mobilizaram recursos e fundaram organizações especializadas na obtenção de informações. A criação de serviços secretos (mais tarde conhecidos como serviços de inteligência) foi uma das respostas às necessidades mais gerais dos governantes em termos de redução dos custos de transação associados à obtenção de informações.

... o surgimento dos sistemas nacionais de Inteligência está associado ao lento processo de especialização e diferenciação organizacional das funções informacionais necessárias às decisões que levavam à sobrevivência de um povo,...

Com a especialização dos serviços de Inteligência, a obtenção de dados e informações protegidas passou a ser feito por pessoas especializadas dos serviços de Inteligência em obtê-los de forma clandestina, conforme referência feita por Godson e mencionado mais adiante. E ainda, por mais paradoxal que possa parecer ao leitor comum, dentro dessa

mesma especialização da atividade de Inteligência, os países admitem no seu território os 'adidos de Inteligência', num processo de intercâmbio de informações necessárias no contexto global de grande complexidade e de ameaças crescentes, como criminalidade organizada, os delitos financeiros, o tráfico internacional de drogas ilícitas, de pessoas.

Percebe-se que o surgimento dos sistemas nacionais de Inteligência está associado ao lento processo de especialização e diferenciação organizacional das funções informacionais necessárias às decisões que levavam à sobrevivência de um povo, de um Reino ou de um Estado, melhores oportunidades de negócios, a ciência e a arte de fazer a guerra, atender aos anseios de consolidação e expansão dos estados modernos por meio da diplomacia. Mais tarde, passou a servir também à manutenção da ordem interna nos Estados nacionais como pode ser visto, inclusive, no caso da evolução da atividade de Inteligência no Brasil, no entender de Roratto e Carnielli (2006).

7 Alguns conceitos sobre inteligência de Estado

O termo Inteligência é relacionado por pesquisadores a relações e entendimentos secretos que normalmente ocorrem dentro do território ou fora dele. Derivado da palavra inglesa *'intelligence'*, passou a designar, dependendo do enfoque que se queira dar, serviço de Informações, serviço de Inteligência, serviço secreto, serviço de segurança. Em todos os casos, é uma instituição do Estado

colocada à disposição dos governantes dos países para que eles se informem antes de tomar decisões, na crença de que esta figura onipresente, onisciente, quase divina, seja capaz de conhecer com profundidade os assuntos que envolvem os interesses nacionais.

Quando um fato relevante acontece no país e que causa alguma ou muita comção na população, o primeiro questionamento que se faz é dirigido para a atividade de Inteligência: 'onde estava a inteligência que não previu esse acontecimento?', como se a ela fosse dada toda essa qualidade capilar.

A origem do termo Inteligência está relacionada a uma das mais importantes funções da Secretaria de Estado na Inglaterra no reinado de Elizabeth I, qual seja o controle interno e externo de informações, que era chamado então de "*the intelligence*". O termo, segundo Cepik (2003, p. 83),

[...] não significava apenas a provisão de informações extraordinárias sobre potências inimigas (especialmente sobre a frota espanhola antes de 1587) ou conspiradores internos (como os jesuítas e outros perseguidos com base no *Treason Act* de 1351), mas incluía também um suprimento regular de notícias internacionais e informações sobre o mundo. A maior parte dessas notícias era relativamente rotineira e não provinha de fontes secretas, embora isto deva ser relativizado, porque a própria distinção moderna entre domínio público e secreto não era clara naquele período.

Bobbio (1995), no Dicionário de Política, define os serviços de segurança

como órgãos do Estado encarregados de coletar informações políticas, militares e econômicas sobre os demais Estados, particularmente sobre os Estados rivais, inimigos ou tidos potencialmente como tais. Estes serviços têm também a função de impedir a atividade de espionagem estrangeira onde quer que seja possível.

Em razão da amplitude e diversidade da Inteligência, não existe um consenso sobre o seu significado. Para Bruneau (2003, p. 202), a Inteligência é definida principalmente como processo de recolher e utilizar informações para qualquer finalidade. Uma vez que os processos são variados, diz ele, tão variados quanto as fontes de informações e as suas finalidades, muita coisa é necessariamente deixada vaga. Por outro lado, a grande parte das discussões na comunidade de Inteligência centra-se na perícia,

[...] mais no "como fazer" em relação às fontes, métodos e análises, do que no "o que é inteligência". Além disso, por designio ou por hábito, a comunidade de inteligência se caracteriza pela obscuridade (indefinição, nebulosidade) e pela ambiguidade. Tal atitude ou abordagem é provavelmente intencional: não fornecer informações. (ibid, p. 212).

Já na visão de Godson (1997), a literatura pode ser usada para mostrar que, apesar de diferentes regimes políticos terem definido e empregado o termo Inteligência, é possível propor uma definição de Inteligência que considere as diferenças. Para ele, Inteligência pode ser definida como um conhecimento, organização e

atividades que resultam: (1) na coleta, análise, produção, difusão e na utilização especializada de informações relativa a outros governos, grupos políticos, partidos, forças militares, movimentos ou outras associações que dizem respeito a grupos ou a segurança governamental; (2) na neutralização ou na contraposição de atividades similares realizados por outros grupos, movimentos ou governos; e (3) em atividades encobertas, realizadas para influir na composição e comportamento de grupos e governos.

Em decorrência das proposições acima, e dependendo da forma e da ênfase com que a Inteligência é exercida, quatro diferentes maneiras de Inteligência, na opinião de Godson (1997), podem ser implementadas. Elas são a obtenção de informes de modo clandestino (*Clandestine Collections*) – informações secretas valiosas obtidas através do uso de métodos tecnológicos e humanos –; a Contrainteligência (*Counterintelligence*) – com o propósito de identificar, neutralizar e estudar organizações ou os serviços de Inteligência de outros Estados –; a realização de análises e estimativas (*Analysis and Estimate*) – através da avaliação de informes e outros dados para assessorar os formuladores da política com um produto final adequado e que seja mais claro que apenas os dados isolados –; e as ações encobertas (*Cover Action*) – realizadas para influenciar nas condições políticas, econômicas e militares em outros países, na qual o papel de ator da Inteligência não irá aparecer ou não será conhecido publicamente.

8 Notas Finais

A proposição desse estudo foi o de discutir as diferentes maneiras de se entender o que vem a ser inteligência, em particular Inteligência de Estado. Inteligência é um conceito amplo e aplicável em determinado domínio do conhecimento. Pode-se dizer que está relacionada à cultura de um país, portanto dependente das condições históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais e de defesa de cada Estado ou Nação.

E uma das funções da atividade de Inteligência é a de ser extremamente dinâmica, ter agilidade de ação para prever fatos ou situações de interesse do Estado

Definir claramente o que é mesmo Inteligência de Estado, como diz Bruneau, é desnecessário, face ao dinamismo das relações globais e das constantes ameaças ao Estado, que mudam em velocidade não burocrática. Basta indicativo geral do que ela é para atender os dispositivos legais. E uma das funções da atividade de Inteligência é a de ser extremamente dinâmica, ter agilidade de ação para prever fatos ou situações de interesse do Estado e agir nos efeitos quando necessário, mas com o devido controle, interno e externo, para prevenir possíveis desvios. Mas isso penso que é uma questão superada na Inteligência brasileira, pois ela mesma busca definições claras e efetivas sobre o controle parlamentar.

A atividade de Inteligência é um tipo de trabalho, na visão dos pensadores trazidos nessa discussão, que decorre da necessidade de conhecer bem os interlocutores quando se estabelecem relações de interesse ou de conflito entre as partes ou Estados, pois no jogo de interesses, os homens escondem uma parte de seu pensamento, dissimulam algumas de suas ações e, consciente ou inconscientemente, tendem a mostrar uma imagem de si próprios geralmente melhoradas, mas depois quando esta vem à público mostra a sua real condição. Assim, de um lado existem segredos pessoais, industriais e de Estado que interessa às partes preservar, e, de outro, o interesse humano em desvendar esses segredos.

Por isso, o que se diz muitas vezes é, até certo ponto, diferente da verdade, porque o que as pessoas falam no seu mundo de vida pode não ser como as coisas são realmente no mundo das ideias. Homero, na *Ilíada*, já expressava esse sentimento humano no diálogo entre Aquiles e Ulysses. “Tal como do Hades as portas, repulsa me causa a pessoa que na alma esconde o que pensa e outra coisa na voz manifesta”. (HOMERO, 2009, IX, 312-3).

A Inteligência de Estado deve voltar-se para encontrar as informações verdadeiras, e não apenas as aparentes, para bem cumprir seu papel de informar aos dirigentes e proteger os interesses do Estado e da sociedade. Deve, ainda, atuar no sentido de resguardar informações atinentes às suas próprias atividades e àquelas que temporária ou permanentemente só dizem respeito aos interesses nacionais.

Nos novos tempos, os estados enfrentam de forma ampliada outras formas de ameaças que devem ser entendidas pelos seus dirigentes e para aos quais os serviços de Inteligência devem voltar-se no sentido da proteção da sociedade. Estas ameaças ao estado democrático podem ser encontradas, na crescente criminalidade organizada, no comércio ilegal de armas, de drogas, de seres humanos, no terrorismo internacional e na destruição do meio ambiente, realidades distantes das ameaças tradicionais que forjaram o crescimento dos serviços de Inteligência na segunda metade do século passado.

... a atividade de Inteligência é mais do que uma atividade inscrita no rol das carreiras profissionais de estado: é uma atividade que apaixona.

No início dessa discussão apresentei diferentes as ideias de inteligência no sentido de contextualizar os diferentes entendimentos que se tem acerca desse termo. Outro aspecto é o de indicar também a necessidade daquele que venha a exercer sua atividade profissional na atividade de Inteligência perceba a importância de cada uma delas e procure se identificar com algum daqueles atributos e que tenha paixão pelo faz, pois repetindo Boff ‘só quando nos apaixonamos vivemos valores. E é por valores que nos movemos e somos’. E penso que a atividade de Inteligência é mais do que uma atividade inscrita no rol das carreiras profissionais de estado: é uma atividade que apaixona.

Referências

- BAUS, Fausto Segovia. La inteligência política. *Universo on line*, Equador, 31 jan. 2003.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicole; PASQUINI, Gianfranco. *Dicionário de política*. 8. ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1995.
- BOFF, Leonardo. Como fundar a ética hoje? *Folha de São Paulo*, São Paulo, 16 jul 2003.
- BRUNEAU, Thomas C. A inteligência como profissão. In: SEMINÁRIO ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA NO BRASIL: Contribuições para a soberania e a democracia, 2002, Brasília. *Anais...* Brasília: Abin, 2003.
- CEPIK, Marco. Sistemas Nacionais de Inteligência: origens, lógica de expansão e configuração atual. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 1, p. 75–127, 2003.
- DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Todo império perecerá*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.
- GARDNER, Howard. *Inteligências múltiplas: a teoria na prática*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- GOLEMAN, Daniel. *Inteligência emocional*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.
- MACHADO, Nilson José. *Epistemologia e didática: as concepções de conhecimento e inteligência e a prática docente*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- RORATTO, João Manoel; CARNIELLI, Beatrice Laura. O pensar e a criação de um organismo de Inteligência Federal no Brasil: antecedentes históricos. *Revista Brasileira de Inteligência*, Brasília, v. 2, n. 2, p. 9–20, abril 2006.
- SHULTZ JR., Richard H; GODSON, Roy; QUESTER, Gerge H. Intelligence and security. In: SECURITY STUDIES FOR THE TWENTY-FIRST CENTURY. Washington, DC, Brassey's, 1997.
- VENTURA, Deisy. *Ensinar direito*. Barueri: Manole, 2004.